

Dinâmica econômica e urbano-regional no Espírito Santo: reestruturação produtiva e deslocamentos populacionais

Dota, Ednelson; Ferreira, Francismar

Dinâmica econômica e urbano-regional no Espírito Santo: reestruturação produtiva e deslocamentos populacionais

EURE, vol. 49, núm. 146, 2023

Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19673772003>

DOI: <https://doi.org/10.7764/eure.49.146.03>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional.

Dinâmica econômica e urbano-regional no Espírito Santo: reestruturação produtiva e deslocamentos populacionais

Ednelson Dota ednelson.dota@ufes.br

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Francismar Ferreira francismar.ferreira@ufes.br

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

EURE, vol. 49, núm. 146, 2023

Pontificia Universidad Católica de Chile,
Chile

Recepción: 24 Marzo 2021

Aprobación: 22 Mayo 2021

DOI: <https://doi.org/10.7764/eure.49.146.03>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19673772003>

Resumo: As transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas têm modificado a dinâmica urbano-regional das grandes aglomerações urbanas a partir do espraiamento das atividades produtivas e da criação ou fortalecimento de fluxos populacionais cotidianos e permanentes. Neste artigo analisamos os impactos da reestruturação produtiva na mobilidade espacial da população no Espírito Santo, com o objetivo de compreender como essas mudanças estão conformando novos arranjos territoriais. Utilizamos os microdados do Censo Demográfico brasileiro de 2000 e 2010 para analisar as mudanças na migração e no mercado de trabalho, e desenvolvemos um modelo logístico binário para medir seus efeitos. Os resultados apontam que o espraiamento das atividades produtivas para a porção litorânea ao norte da Região Metropolitana da Grande Vitória tem forjado novos fluxos populacionais, indicando maior integração socioespacial e novos processos urbanos e regionais.

Palavras-chave: reestruturação produtiva, migração, mobilidade.

Abstract: *The economic transformations that have occurred in the last decades have changed the urban-regional dynamics of large urban agglomerations since the spread of productive activities and the creation or strengthening of daily and permanent population flows. In this article, we analyze the impacts of productive restructuring on the spatial mobility of the population in Espírito Santo, in order to understand how these changes are shaping new territorial arrangements. We used the microdata from the Brazilian Demographic Census of 2000 and 2010 to analyze changes in migration and in the workforce. Additionally we developed a binary logistic model to measure its effects. The results show that the spread of productive activities to the metropolitan north coastal has forged new population flows, indicating greater socio-spatial integration and new urban and regional processes.*

Keywords: productive restructuring, migration, mobility.

Introdução

A mobilidade espacial da população tem desempenhado relevante papel na conformação das dinâmicas urbano-regionais desde o início da industrialização no Brasil. Em cada momento histórico houve movimentos mais importantes e outros complementares, as transformações industriais e urbanas do Brasil do século XX, por exemplo, implicou, dentre outras coisas, no deslocamento da população que resultou em concentração demográfica nas metrópoles.

Os deslocamentos populacionais, sobretudo os migratórios, mostram historicamente forte correlação entre a origem/destino dos fluxos e as diferenças estruturais entre esses lugares, em termos de oportunidades, salários médios, condições de vida, etc., mediados pela experiência, visão de mundo e as redes migratórias e sociais pré-estabelecidas.

A relação entre os movimentos de população e os resultados em termos de dinâmica urbano-regional, não obstante as similaridades quanto aos condicionantes, apresentam especificidades concernentes à realidade local. Por isso, a compreensão das transformações na forma como a riqueza é produzida e distribuída a partir dos investimentos locais é parte substancial do debate, visto que impactam diretamente as condições de vida das pessoas, no nível individual, e a estruturação dos lugares em termos produtivos e de oportunidades, no nível estrutural. Processos de reestruturações, como as denominadas urbana, a produtiva e todas as grandes mudanças qualitativas e quantitativas observadas no Brasil e no mundo forjam novas relações, novos processos e resultados territoriais.

Neste artigo, analisam-se as mudanças na migração e na mobilidade pendular relacionadas aos processos de reestruturação produtiva nesse início de século XXI. A análise dessas interações contribui decisivamente para a compreensão de como as mudanças observadas na divisão territorial e social do trabalho transforma as relações sociais espacialmente estabelecidas. Parte-se do pressuposto de que apesar do aumento do setor terciário e da importância da financeirização da economia, as atividades industriais e seus processos continuam sendo determinantes para as transformações sobre o espaço, na divisão social e territorial do trabalho e na dinâmica demográfica, principalmente para os fluxos migratórios. Junto a isso, a intensificação da mobilidade pendular para trabalho é forte indicativo da densificação das relações, sugerindo novos contornos da dinâmica urbano-regional.

O recorte espacial em análise é uma porção territorial do estado do Espírito Santo que ganhou destaque em nível nacional a partir de 2000 por uma onda de transformações correspondentes ao processo de reestruturação produtiva, através do recebimento de investimentos de capitais de diferentes escalas e nacionalidades, representadas pelas filiais de indústrias multinacionais, por investimentos em projetos logísticos e industriais e no setor de petróleo e gás.

Na primeira seção, prioriza-se refletir sobre a relação entre a migração e a mobilidade pendular como processos atualmente relacionados à reestruturação produtiva, num olhar a partir da geografia econômica. Para tanto, adota-se para análise a regionalização do estado do Espírito Santo proposta por Zanotelli et al. (2019) que o divide em quatro regiões distintas de acordo com processos geoeconômicos recentes, sendo a Região Costeira Sul (RCS), a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), a Região Costeira Norte (RCN) e os demais municípios analisados em conjunto denominados como “interior” (cf. Figura 1).

O trabalho recorre ainda aos microdados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisando de modo mais aprofundado os dados sobre a dinâmica

migratória e sobre os setores de atividades das pessoas ocupadas no Espírito Santo. Em relação à materialização da dinâmica econômica, identificou-se também as principais plantas industriais instaladas no Espírito Santo desde 2000, a partir de consulta aos anuários das maiores empresas do estado disponibilizado pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) e por trabalhos de campo, complementados por um levantamento sobre as receitas municipais.

Na parte final, adota-se dois modelos de regressão logística que analisam as características e especificidades dos fluxos migratórios e da mobilidade pendular para trabalho. Os modelos confirmam o florescimento de uma nova dinâmica urbano-regional no estado, através da intensificação dos fluxos migratórios e de pendularidade para trabalho entre a Região Costeira Norte (RCN) e a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Reestruturação produtiva, divisão territorial do trabalho e migração

A noção de reestruturação geralmente é acompanhada de várias adjetivações como produtiva, espacial, urbana, imobiliária dentre outros, buscando lançar luz sobre uma nova estruturação ou reorganização de uma estrutura em um determinado momento, ganhando sentido no contexto de uma análise temporal, um momento ou período em que algo novo emerge e altera um determinado contexto pré-estabelecido.

É nesse sentido temporal que emerge a noção de reestruturação produtiva. No final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970 assistiu-se ao desencadeamento da crise do modelo fordista e a emergência do modo de produção flexível. Esse último, associado às novas tecnologias de comunicação e transporte, baseia-se em princípios como produção vinculada à demanda e organização do sistema definido pelo consumo, em que a produção é pensada do fim para o começo; organização industrial “enxuta” e horizontalizada, contrária à indústria vertical fordista; flexibilização das relações entre empresas e da organização do trabalho por meio da terceirização, e, finalmente, a subordinação da produção ao movimento de acumulação de capital sob a égide financeira (Antunes, 2018; Lipietz & Leborgne, 1988; Sánchez, 2000).

Esses princípios condicionaram e estão condicionando a tessitura de novas relações e organizações produtivas espaciais. As indústrias, em função das inovações tecnológicas, tendem a deslocar parte das suas atividades para o setor de serviços¹ bem como se articulam, via terceirização, com diferentes empresas de produção e serviços, tornando assim os circuitos produtivos e os círculos de cooperação mais complexos e densos (Pereira Júnior, 2019a; Sánchez, 2000).² Esse processo implica em duas coisas que se manifestam conjuntamente e reverberam sobre as organizações produtivas espaciais e sobre a divisão territorial do trabalho: uma primeira que consiste em impulsionar o setor de serviços e uma segunda que se refere à tendência à dispersão das plantas industriais pelo território (Pereira Júnior, 2019a, 2019b).

Além disso, outro efeito sobre a organização espacial produtiva e a divisão territorial do trabalho se refere às especializações das localidades. Tem-se, em certa medida, uma separação física entre a gestão e a produção industrial, diferenciando qualitativamente as localidades, especialmente as metrópoles, que se especializam no gerenciamento, no planejamento e nas tomadas de decisões sobre investimentos, e localidades voltadas para receber as unidades produtivas, destinadas a produção que está subordinada aos comandos das áreas de gestão, (re)criando hierarquias e conformando o desenvolvimento desigual e combinado (Brandão, 2007; Santos, 1994; Smith, 1988).

Dessa forma, no contexto da reestruturação produtiva há movimentos de transformações que se manifestam e se articulam em diferentes escalas e implicam em rearranjos espaciais, produtivos, jurídicos, sociais e políticos, que se materializam em novas formas de organização espacial e produtiva da indústria, em novas configurações da divisão territorial do trabalho e novos processos urbanos. Trata-se de um movimento que se desenvolve no contexto da globalização e do capital financeiro, que implica não só em maior circulação de mercadorias, pessoas, capital, informações, etc., mas também, em maior integração funcional entre os lugares em meio a atividades geograficamente dispersas (Oliveira, 2007).

É no contexto da circulação de pessoas que a relação com a migração e a mobilidade pendular emerge. Na literatura sobre a migração interna no Brasil e na América Latina ao longo do século XX, migração, urbanização e industrialização são fenômenos interdependentes e em transformação. Essa interação emergiu no período em que a industrialização, em grande parte fordista, ganhou força e junto dela a urbanização, que se acelerou tendo como motor os fluxos migratórios campo-cidade com volumosos contingentes seguindo trajetos delineados pelas desigualdades regionais. Singer (1976) mostrou que as principais áreas de emigração no início da segunda metade do século XX – o norte de Minas Gerais e o Nordeste – contrastavam justamente pela estagnação vivida em comparação às áreas que recebiam esses fluxos, com destaque para São Paulo, que concentrava e estava no auge da industrialização.

A alimentação dos fluxos nesse período se dava pela inserção produtiva e havia para grande parte dos migrantes melhorias nas condições de vida se comparado àquela na área de origem (Brito, 2009). A partir da década de 1980, observaram-se importantes mudanças nas trocas migratórias inter-regionais e interestaduais, tanto pela crise econômica atravessada pelo país como também pelas mudanças estruturais em andamento (Cunha & Baeninger, 2007; Pacheco & Patarra, 1998).

Num contexto de urbanização avançada, a partir dos anos 1980, a dinâmica observada no Brasil não foi diferente de outros países latino-americanos (Rodríguez-Vignoli & Rowe, 2018). Os fluxos do campo perderam primazia para as trocas entre áreas urbanas e houve intensificação das modalidades intrarregional e de curta distância (Cunha & Baeninger, 2007), além da migração de retorno (Cunha, 2015; Pacheco & Patarra, 1998), que seriam resultado da falta de inserção produtiva intensificada nesta década de crise econômica.

As transformações estruturais da economia, dentre elas a reestruturação produtiva como parte de um processo mais amplo que inclui a abertura comercial, as privatizações e as atividades orientadas para a exportação com base em recursos naturais aparece como importante elemento explicativo das mudanças observadas na migração interna brasileira e latino-americana (Rodríguez-Vignoli & Rowe, 2018). Autores como Pacheco e Patarra (1998), De Mattos (2002), Cunha e Baeninger (2007), Baeninger (2011, 2012), Brito (2009, 2015), De Mattos et al. (2014) e Cunha (2015) reforçam essa relação considerando o papel do mercado de trabalho e das questões estruturais enquanto elemento explicativo das mudanças na migração. Como mostra Lima et al. (2016), houve desde a década de 1980 redução da atração e da retenção migratória das metrópoles e o aumento nos municípios polarizadores não metropolitanos, revelando os resultados na redistribuição da população da expansão das áreas urbanas e das características metropolitanas pelo território.

Não é possível, nesse sentido, dissociar completamente a dinâmica migratória interna das grandes aglomerações urbanas em relação aos motores das migrações de longa distância. As evidências empíricas revelam que os fluxos de longa distância alimentam os fluxos internos (Brito, 2009; Cunha, 2015; Chávez et al., 2020), mas as motivações e os resultados são distintos. Nesse sentido, a análise da mobilidade residencial na escala metropolitana revela outras dinâmicas e processos, mais integradas à questão urbana, principalmente habitacional e da distribuição das oportunidades de trabalho (Dota, 2015), o que faz do movimento um elemento central para os processos urbanos e regionais das metrópoles.

No caso das metrópoles latino-americanas, De Mattos (2002) mostra que o quadro observado é de maior complexidade em relação aos países desenvolvidos, o que limita o potencial de abordagens comumente empregadas no norte global. Essa complexidade aponta para a complementaridade de processos antes considerados distintos, como a dispersão territorial e a re-centralização observadas em Santiago (De Mattos et al., 2014), ou o aumento da dispersão espacial dos grupos mais favorecidos sem romper com as características históricas de ocupação do território, notadamente segregadas, mesmo em contexto de crescimento demográfico mais baixo e de arrefecimento das migrações de longa distância (Cunha et al., 2020).

Em instigante investigação comparativa sobre a desconcentração da população entre as principais regiões metropolitanas da América Latina (Santiago, São Paulo, Montevideo, Cidade do México e San José, na Costa Rica) Chávez et al. (2020) apontam que, apesar das diferenças observadas em cada uma delas, fruto das especificidades históricas, morfológicas e da rede de cidades dos países, a desconcentração demográfica não apresentou a força que era esperada. Os autores apontam que tanto a conjuntura econômica e seus rebatimentos no mercado de trabalho, por um lado, como também a maior fluidez econômica e social resultantes dos avanços tecnológicos e dos meios de transportes, por outro, são elementos

explicativos importantes, somados à menor intensidade das migrações de longa distância para alimentação dos fluxos locais.

Mesmo a migração internacional é afetada por esses condicionantes, mais especificamente na sua dinâmica interna: Baeninger et al. (2020) identificaram o papel do cenário produtivo em reestruturação na explicação da dinâmica espacial dos fluxos de imigrantes internacionais.

Nesse contexto de reestruturação, têm-se transformações que proporcionam a acumulação e modificam processos territoriais, uma vez que se (re)organizam, se desenvolvem e se articulam sobre e no território novos usos, novos agentes, novos fluxos e novos conteúdos. O papel da dinâmica econômica enquanto elemento explicativo da migração, portanto, ganha novos e mais fluidos condicionantes, relembrando a importância relativa das regiões metropolitanas enquanto polo demográfico e econômico (Cunha et al., 2020), de um lado, e exigindo a consideração de novos elementos explicativos para dar conta da complexidade contemporânea (De Haas, 2010), de outro. Como ressaltado por Santos e Silveira (2001), novas variáveis são incluídas pela constante transformação nas estruturas produtivas, que tornam mais complexas e efêmeras as análises.

Industrialização, reestruturação produtiva e divisão territorial do trabalho no Espírito Santo

O estado do Espírito Santo sofreu grandes transformações em meados do século XX em função da industrialização e da urbanização, que alterou as bases produtivas e a divisão territorial do trabalho: a economia estadual passou de essencialmente agroexportadora para urbano-industrial ao longo da segunda metade do século XX.

A industrialização no estado se iniciou em 1941, a partir da instalação da mineradora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) nos municípios de Cariacica e Vila Velha e, em 1942, com a instalação da primeira grande planta industrial, a siderúrgica Companhia Ferro Aço de Vitória (COFAVI) em Cariacica, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Posteriormente, na década de 1970, como efeito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, ocorreu a implantação dos chamados grandes projetos industriais no Espírito Santo, destacando-se o Polo de Tubarão, formado pela CVRD e pela Companhia Siderúrgica de Tubarão, além dos portos de Tubarão e Praia Mole. No município de Anchieta, ao sul a RMGV, a implantação da mineradora Samarco e do porto de Ubu, enquanto em Aracruz, ao norte da RMGV, houve a implantação da Aracruz Celulose, atual Suzano, e do porto de Barra do Riacho (Portocel). Além disso, ainda em 1974 ocorreu a implantação do Centro Industrial da Grande Vitória I e II (CIVIT I e II) que se configuram como distritos industriais no município de Serra (cf. Figura 1).

Ainda nesse contexto, importantes transformações no espaço rural motivadas pelos efeitos da política federal de erradicação dos cafezais foram observadas na década de 1960 (Abe, 1999). O café era a principal

atividade econômica do estado, sendo o Produto Interno Bruto (PIB) composto da seguinte maneira em 1960: 41,8% gerado pela agropecuária, 5,3% pelo setor industrial e 52,9% pelo setor terciário. A cafeicultura empregava aproximadamente 55% da população economicamente ativa e gerava 22% da renda estadual (Rocha & Morandi, 2012), e o beneficiamento de café correspondia a 17% do valor da produção industrial e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) do café representava cerca de 62% da receita pública estadual.

As transformações estruturais do campo junto aos investimentos industriais resultaram na acelerada urbanização do Espírito Santo, com papel decisivo da redistribuição espacial da população. Na década de 1990, em função do avanço das políticas neoliberais no Brasil e na América Latina (Arciniega Arce, 2003; Campos, 2017), novas transformações foram observadas, tanto pelos processos de privatização de plantas industriais como também pela própria alteração do regime de organização espacial e produtiva do capital no contexto de reestrutura produtiva.

Quanto às privatizações destaca-se a venda da COFAVI, que atualmente pertence ao grupo mexicano SIMEC, e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que se tornou Vale, além da CST que veio a se tornar a Arcelor Mittal. Esse movimento representou, dentre outras coisas, a entrada de novos capitais no estado, principalmente internacionais.

Quanto às alterações provenientes da reestruturação produtiva, destaca-se a dispersão territorial da produção industrial³ para além do limite administrativo metropolitano. Como exemplo, a implantação do Estaleiro Jurong em Aracruz, pertencente a multinacional Sembcorp Marine (SCM) do setor naval com sede em Cingapura, e a Leão Alimentos e Bebidas em Linhares, que é responsável pela gestão de toda a cadeia produtiva da linha nacional de bebidas sem gás, chás e energéticos do portfólio da multinacional Coca-Cola, ambas com escritórios de gestão no Brasil na cidade do Rio de Janeiro. A multinacional alemã Evonik, que atua no setor químico e a francesa Saint-Gobain por meio da Weber Quartzolit, que atua na produção de insumos para construção civil, ambas em Aracruz e com escritórios de gestão na cidade de São Paulo.

Além de receber filiais de empresas multinacionais estrangeiras, o estado também vem recebendo filiais de empresas multinacionais brasileiras. É o caso da encarroçadora de ônibus Marcopolo, da fabricante de reboques Randon e da fabricante de motores Weg motores. As duas primeiras possuem sede em Caxias do Sul, no estado Rio Grande do Sul, enquanto a última tem sua sede em Jaraguá do Sul, no estado Santa Catarina.

Esse movimento tem implicado na inserção subordinada do Espírito Santo na divisão social do trabalho no âmbito nacional e internacional, visto que o estado recebe as plantas produtivas, mas, as decisões, os controles e as gestões do capital estão fora nas grandes metrópoles nacionais como São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse contexto, chama a atenção ainda os projetos logísticos e industriais, que articulam porto e indústria, ligados a grandes empresas nacionais e internacionais, além de fundos de investimentos. Na Figura 1 podem ser visualizadas as plantas industriais implantadas no século XX e algumas importantes plantas e projetos industriais e logísticos do século XXI.

Na análise da Figura 1 dois pontos merecem destaque: inicialmente, a evidente concentração das atividades industriais nos municípios costeiros, que se apresenta como uma continuidade histórica da industrialização do Espírito Santo, reforçando as desigualdades territoriais previamente observadas. O segundo aspecto que se destaca consiste na dispersão da indústria pós-2000 para além da RMGV, especialmente em direção aos municípios do litoral norte, em especial, Aracruz, Linhares e São Mateus na costa norte do estado.

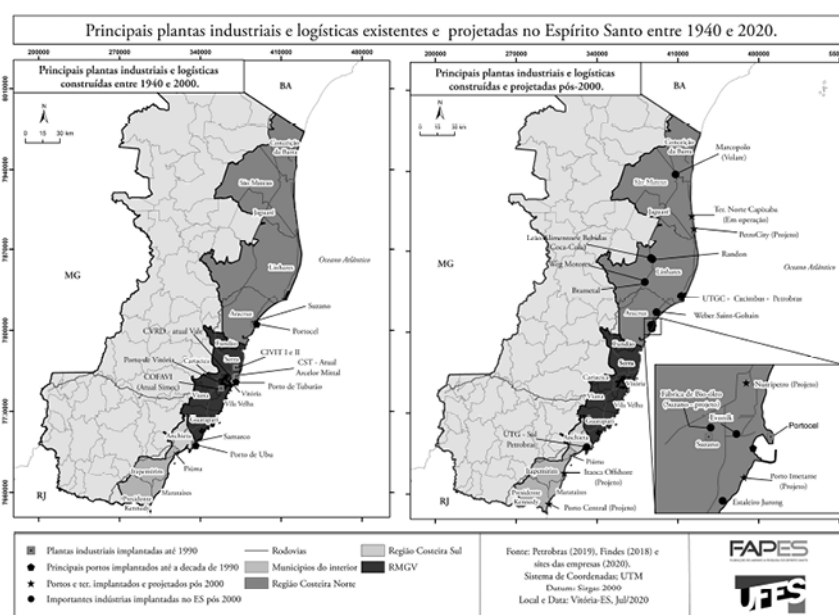


FIGURA 1

Mapa das plantas industriais e logísticas segundo período de implantação ou projeto no Espírito Santo, 1940-2020

ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Dois elementos ajudam a entender essa dinâmica na localização das unidades produtivas: de um lado, a presença de incentivos fiscais para instalação de unidades em municípios que compõem a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),⁴ e de outro a distribuição territorial das condições gerais de produção, que tem o papel de influenciar a localização das atividades produtivas (Lencioni, 2003). Dota e Ferreira (2020) mostraram que, fora da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), os municípios de Aracruz, Linhares e São Mateus são aqueles que apresentam maior densidade de condições gerais de produção, ou seja, de infraestrutura rodoviária, portuária, dutoviária, linhas de transmissões de energia, etc. que possibilitam a produção e a circulação de bens materiais e imateriais bem como os fluxos de pessoas.

Assim, no período pós-2000 uma nova dinâmica de organização espacial produtiva da indústria foi observada e, junto a ela, houveram efeitos na divisão territorial do trabalho e nas dinâmicas migratórias no estado, sendo possível observar seus resultados na estrutura de atividades. Verificou-se um crescimento de 2,61% ao ano de pessoas ocupadas nos diferentes setores produtivos entre 2000 e 2010, com redução do número de trabalhadores na agricultura (-0,69% a.a.), crescimento no trabalho industrial (2,82% a.a.) e no setor terciário (3,09% a.a.), reforçando as especificidades territoriais (Tabela 1).

Na Tabela 1 vemos que, com exceção do trabalho agrícola, houve crescimento positivo em todos os setores de todas as regiões do estado, com destaque para a Região Costeira Norte, que inclui Aracruz, Linhares e São Mateus, apresentando, em geral, as maiores taxas de crescimento.

tabela 1
Pessoas ocupadas nos setores de atividade econômica.
Recortes selecionados do Espírito Santo, 2000 e 2010

Ano	Re-giões	Agri-cultura	Indús-tria	Servi-ços (I)	Comér-cio (II)	Setor públi-co (III)	Total terciá-rio (I+II+III)	Ou-tros	Total
2000	RMGV	15.807	401.795	325.875	120.733	35.084	481.692	4.741	578.160
	Costa Norte	34.363	63.808	47.529	20.037	6.926	74.492	932	126.066
	Costa Sul	16.013	64.587	46.593	20.956	5.264	72.813	1.371	108.191
	Interior	254.632	166.432	125.167	51.316	22.275	198.758	2.215	496.870
	Total	320.815	696.622	545.164	213.042	69.549	827.755	9.259	1.309.287
2010	RMGV	13.446	527.510	437.144	153.736	48.573	639.453	56.231	799.496
	Costa Norte	35.727	97.055	74.000	30.184	9.548	113.732	9.694	182.208
	Costa Sul	15.568	78.675	60.321	28.547	8.559	97.427	6.201	137.550
	Interior	234.499	216.566	167.602	74.311	29.177	271.090	20.578	575.131
	Total	299.240	919.806	739.067	286.778	95.857	1.121.702	92.704	1.694.385
Tx. Geométrica de crescimento 2000 - 2010 (% a.a.)	RMGV	-1,60	2,76	2,98	2,45	3,31	2,87	28,06	3,29
	Costa Norte	0,39	4,28	4,53	4,18	3,26	4,32	26,39	3,75
	Costa Sul	-0,28	1,99	2,62	3,14	4,98	2,95	16,29	2,43
	Interior	-0,82	2,67	2,96	3,77	2,74	3,15	24,97	1,47
	Total	-0,69	2,82	3,09	3,02	3,26	3,09	25,91	2,61

IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000 E 2010. TABULAÇÃO PRÓPRIA

No que se refere à atividade industrial, a Região Costeira Norte apresentou uma taxa de 4,28% a.a. enquanto na RMGV, que desde a segunda metade do século XX se consolidou como a região mais industrializada do Espírito Santo, a taxa ficou em 2,76% a.a. Por sua vez, a Região Costeira Sul, que recebeu poucas unidades industriais, foi a que apresentou a menor taxa de crescimento de pessoas ocupadas nesse mesmo setor.

A Região Costeira Norte (RCN) também foi a que apresentou a maior taxa de crescimento de trabalhadores no setor terciário (4,32% a.a.), resultado que acompanha uma tendência contemporânea do crescimento do setor de serviços atrelado ao crescimento da atividade industrial, que por suas características gera demanda por serviços públicos e privados de diversas ordens. Nesse sentido, nossa hipótese é a de que a industrialização atraiu para a Região Costeira Norte serviços de educação, saúde, hotelaria, segurança privada, comércio e outras prestações de serviços que impulsionaram o crescimento do setor terciário. Tal leitura

se assenta em exemplos como a implantação das unidades dos Institutos Federais com oferta de ensino médio, técnico e superior em São Mateus e Linhares, respectivamente em 2007 e 2008, cujos cursos, em grande medida, são voltados para atividades técnicas e de engenharias voltadas para o trabalho industrial nas áreas de elétrica, mecânica, petrolífera, etc. A presença de grandes redes de hotéis como a Ibis pertencente a multinacional francesa Accor Hotels, em Aracruz (inaugurado em 2015) e São Mateus (inaugurado em 2016), dentre outros.

Para além das transformações da organização e da divisão territorial do trabalho, têm-se ainda transformações sobre as dinâmicas migratórias no estado, conforme aponta a Figura 2.

Ocorreram no Espírito Santo alterações significativas quanto ao crescimento populacional na década de 2000. A Região Costeira Norte passou a apresentar a maior taxa de crescimento demográfico (2,08% a.a.), resultado associado ao aumento do saldo migratório pela intensificação do fluxo originado na RMGV. Essa apresentou saldo migratório de 19,8 mil pessoas no período 2005-2010, com destaque para o crescimento do fluxo com origem na RMGV, que representou aproximadamente 18% dos imigrantes recebidos.

Diferentemente da década de 1990, em que apresentava forte crescimento, a Região Costeira Sul na década de 2000 apresentou apenas a terceira taxa de crescimento demográfico entre os recortes selecionados (1,38% a.a.), pois deixou de receber migrantes do interior do estado. Os fluxos migratórios do interior, no segundo período, passaram a se concentrar na RMGV, sendo que a Região Costeira Norte não apresentou grande variação entre os períodos. A RMGV, por sua vez, manteve a segunda posição quanto ao crescimento demográfico (1,61% a.a.) e continuou como a principal região de destino dos migrantes em nível estadual. A única alteração quantitativa significativa quando comparadas as mudanças entre os dois períodos consiste exatamente no aumento do fluxo da RMGV em direção a Região Costeira Norte.

As fortes mudanças observadas evidenciam o impacto social da transformação econômica vivenciada pelo estado. Na Região Costeira Norte assiste-se a um crescimento de unidades produtivas que, de maneira direta e indireta, proporcionam um “arrasto” sobre outros setores econômicos, em especial o de serviços (Tabela 1). Por sua vez, a Região Costeira Sul se apresenta como uma porção do Espírito Santo que se insere nas dinâmicas geoconômicas da economia dos *royalties* (petrorentista) que, segundo Pessanha (2017), caracteriza os territórios muito dependentes de receitas provenientes da exploração de petróleo, que são os *royalties* e as participações especiais. Em geral, se caracterizam também por não promover o arrasto de outras atividades produtivas e por apresentar baixo dinamismo econômico, o que implica na baixa oferta de postos de trabalho nos diferentes setores (Pessanha, 2017).

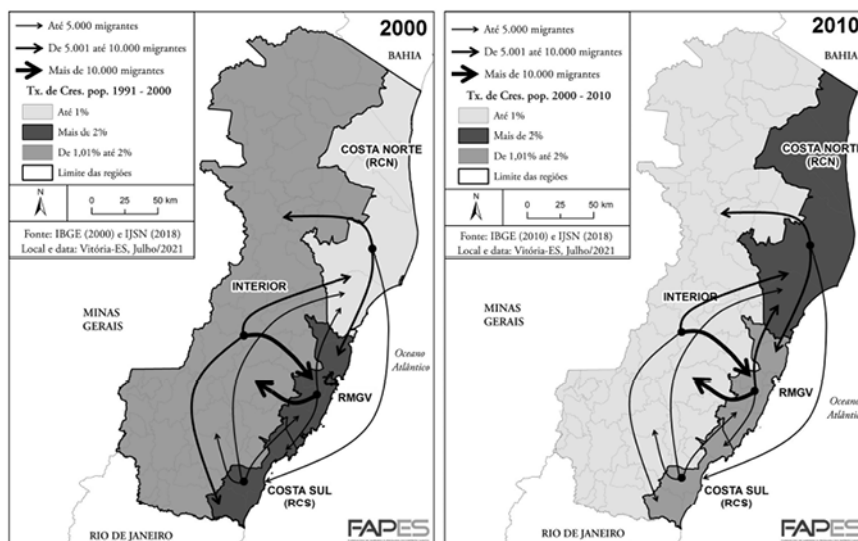


FIGURA 2

Mapa da taxa de crescimento geométrica média anual da população (% a.a.) e fluxos migratórios. Recortes selecionados do Espírito Santo, 2000 e 2010

ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A Figura 3 apresenta a maior diversificação das receitas da RMGV e RNC em função da maior diversidade de atividades econômicas, enquanto na Região Costeira Sul (RCS) há forte dependência das receitas petrolíferas. Vale ressaltar que os municípios que compõem essa região possuem dentro de seus limites marítimos, definidos por um sistema de ortogonais e paralelas a partir da Lei 7525/1986, campos de petróleo da porção norte do pré-sal (Parque das Baleias) da Bacia de Campos que apresentam alta produtividade, e que o volume total de receitas da RCS é ligeiramente inferior (1,19 bi) ao constatado na RCN (1,34 bi).

Há, portanto, inúmeros elementos atuando conjuntamente na conformação do território do estado, com destaque para a redistribuição espacial da indústria, a organização e divisão territorial do trabalho, a migração e a mobilidade pendular, confirmando que o avanço da reestruturação produtiva inseriu novos elementos à gama de relações e exige novos focos de análise para sua correta apreensão.

Nesse sentido, na sequência desenvolvemos dois modelos que visam analisar qualitativamente o crescimento dos fluxos populacionais entre a RMGV e a RCN, mais especificamente se é possível caracterizar, do ponto de vista demográfico, essa relação como um fortalecimento da integração entre as duas áreas.

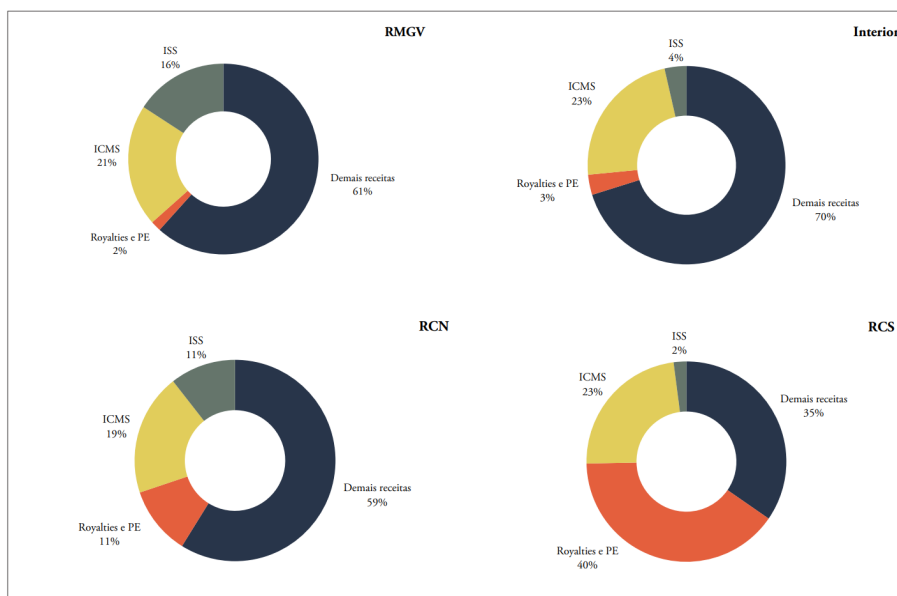


FIGURA 3

Proporção de royalties e impostos na composição das receitas

NOTA: IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (ICMS); IMPOSTO SOBRE SERVIÇO (ISS); ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS (PE) E DEMAIS RECEITAS POR REGIÃO EM 2017. RECORTES SELECIONADOS DO ESPÍRITO SANTO, 2017 AEQUUS CONSULTORIA, 2018. ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O modelo e suas variáveis

Na presente seção são analisados dados de migração e mobilidade pendular com destino à Região Costeira Norte (RCN) visando apreender, através da comparação dos perfis sociodemográficos dos migrantes e dos trabalhadores pendulares, as especificidades das relações entre RMGV e a RCN.

São utilizados os microdados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisando de modo mais aprofundado as variáveis sobre a dinâmica migratória (datafixa) das pessoas que passaram a residir nos municípios da RCN, assim como dados de mobilidade pendular para trabalho da população residente na RMGV, comparando as características sociodemográficas dos que fazem mobilidade pendular intrametropolitana e dos que se deslocam para trabalhar na RCN.

A perspectiva de construção do modelo, portanto, parte do pressuposto de que através das características individuais dos migrantes e das pessoas que fazem mobilidade pendular para trabalho é possível fazer associações sobre os processos que explicam a conjuntura observada. Essa perspectiva está assentada numa visão de que não é possível analisar a migração separada dos processos de desenvolvimento da sociedade: ela é parte desse processo (De Haas, 2010). Ademais, as características sociodemográficas das pessoas são fortemente relacionadas com as possibilidades de alcançar e usufruir das oportunidades existentes, sendo parte relevante do processo de tomada de decisão de migrar (Bernard et al., 2014; Courgeau &

Lelièvre, 2006) e da escolha, quando há, do lugar de residência em relação ao de trabalho nas grandes aglomerações.

Optou-se para a análise pelo modelo de regressão logística binária, que pertence à família dos Modelos Lineares Generalizados e são amplamente empregados em análises migratórias (cf. Campos et al., 2018; Correia & Ojima, 2017; Dota, 2015; Lima et al., 2016). Em síntese, a regressão logística permite avaliar a probabilidade associada à ocorrência de determinado evento frente a um conjunto de variáveis, contribuindo no entendimento dos fatores que favorecem ou reduzem a probabilidade de ocorrência desse evento.

As variáveis dependentes dos modelos 1 e 2 foram organizadas da seguinte maneira:

- no Modelo 1 a variável foi organizada para analisar a diferença dos imigrantes recebidos pelos municípios da RCN vindos da RMGV em comparação àqueles que vieram de outras áreas (referência), tanto imigrantes intraestaduais (exceto intra-costa norte) quanto interestaduais conjuntamente;
- no Modelo 2 a variável foi organizada para analisar a diferença entre os trabalhadores residentes na RMGV que faziam mobilidade pendular intra-RMGV (referência) e aqueles que faziam mobilidade pendular para algum município da costa norte.

As variáveis independentes dos modelos e suas categorias são as seguintes: sexo (masculino; feminino), idade em anos (15 a 29; 30 a 44; 45 a 59; 60 ou mais), estado conjugal (unido; não-unido); escolaridade (até Fundamental; Médio; Superior; Pós-graduação); renda segundo os quintis da distribuição do estado do Espírito Santo (1º ao 5º quintil) e ocupação no mercado de trabalho (Outros; Diretores e Gerentes; Intelectuais; Nível técnico; Serviços administrativos).

Importante salientar que todos os dados se referem a data de referência da pesquisa, nesse caso 2010, portanto, no caso dos migrantes são captadas as suas características após a migração ter sido realizada. A única informação pretérita considerada é o lugar de residência na data-fixa (2005), utilizada justamente na definição da condição migratória das pessoas no modelo 1.

Foram realizadas análises estatísticas descritivas para as variáveis categóricas (Tabela 1) pelo teste qui-quadrado de Pearson, considerando-as em relação às variáveis dependentes dos Modelos 1 e 2. Posteriormente, utilizando-se do modelo de regressão logística, foram calculadas as razões de chance (*oddsratios* – *OR*) brutas e ajustadas, e calculados os intervalos de confiança de 95%. Para garantir a qualidade, foram incluídas no modelo as variáveis com significância até 10%, e o nível de 5% de significância foi adotado como parâmetro mínimo.

Resultados do modelo e discussão

A Tabela 2 apresenta o perfil sociodemográfico dos migrantes da RCN, assim como dos trabalhadores da RMGV que faziam mobilidade

pendular. Em relação aos imigrantes, todas as variáveis exceto o sexo apresentaram associação com a imigração da RMGV: a faixa etária mais jovem, estar unido, escolaridade baixa, rendimento concentrado nos quintis iniciais e finais e ocupação na categoria “outros”. Quanto à mobilidade pendular, todas as variáveis apresentaram associação, com destaque para o sexo masculino, a faixa etária intermediária (30 a 44 anos), a escolaridade intermediária (ensino médio e maior proporção no ensino superior), renda no quinto quintil e ocupação em “outros”, com importância de cargos médios (técnicos).

tabela 2
Distribuição das características das pessoas segundo origem migratória e destino do movimento pendular. Espírito Santo, 2010

Variáveis	Origem do migrante da RCN			Destino do movimento pendular		
	Imigrantes RMGV	Outros imigrantes	p-valor	Pendulares RMGV-RCN	Pendulares intra-RMGV	p-valor
Sexo						
Masculino	50,0	51,0	0,200	81,1	56,6	0,001
Feminino	50,0	49,0		18,9	43,4	
Idade						
15 a 29	41,9	47,1	0,001	30,2	36,5	0,001
30 a 44	32,3	31,2		39,5	39,4	
45 a 59	18,1	15,0		26,8	21,4	
60 ou mais	7,6	6,7		3,5	2,7	
Estado conjugal						
Unido	67,3	62,8	0,001	69,1	60,4	0,001
Sozinho	32,7	37,2		30,9	39,6	
Escolaridade						
até Fundamental	43,6	52,7	0,001	23,8	34,1	0,001
Médio	39,4	36,0		35,4	42,2	
Superior	13,8	8,6		27,7	17,1	
Pós-graduação	3,2	2,7		13,1	6,6	
Renda						
1º quintil	22,8	21,6	0,001	1,7	4,8	0,001
2º quintil	12,7	20,4		6,4	12,1	
3º quintil	16,7	17,5		6,9	18,3	
4º quintil	21,6	18,0		22,1	27,8	
5º quintil	26,2	22,5		62,9	37,0	
Ocupação						
Outros	63,5	76,0	0,001	47,3	57,6	0,001
Diretores e Gerentes	8,5	4,3		7,0	5,7	
Intelectuais	10,4	7,4		18,3	12,2	
Nível técnico	9,5	6,5		24,8	11,8	
Ser. Administrativos	8,0	5,7		2,6	12,7	

ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Consideradas essas relações, foram calculadas as razões de chance (*oddsratios: OR*) para os Modelos 1 e 2, mediante regressão logística binária, cujos resultados são apresentados na Tabela 3.

No Modelo 1 - imigrantes recebidos pelos municípios da RCN vindos da RMGV em comparação àqueles que vieram de outras áreas - mostraram-se associadas as seguintes variáveis e categorias: sexo feminino

(OR=0,86 – IC_{95%} 0,78;0,95), as faixas etárias intermediárias (30 a 44 anos [OR=1,24 – IC_{95%} 1,12;1,38] e 45 a 59 anos [OR=1,72 – IC_{95%} 1,51;1,95]), não estar em união conjugal (OR=0,81 – IC_{95%} 0,73;0,90), níveis de escolaridade médio (OR=1,49 – IC_{95%} 1,34;1,66), superior (OR=2,46 – IC_{95%} 2,09;2,90) e pós-graduação (OR=1,82 – IC_{95%} 1,42;2,34), ao segundo (OR=0,57 – IC_{95%} 0,48;0,67) e quinto quintil (OR=0,71 – IC_{95%} 0,60;0,83) de renda e às ocupações diretores e gerentes (OR=1,47 – IC_{95%} 1,23;1,77) e nível técnico (OR=1,29 – IC_{95%} 1,09;1,51).

tabela 3

ESTIMATIVAS PARA A RAZÃO DE CHANCE (OR) E P-VALOR DAS VARIÁVEIS DOS MODELOS. ESPÍRITO SANTO, 2010

Variáveis	Modelo 1			Modelo 2		
	Razão de chance (OR)	IC (95%)	p-valor	Razão de chance (OR)	IC (95%)	p-valor
Sexo						
Masculino (ref.)	1,000					
Feminino	0,866	(0,787-0,951)	0,003	0,325	(0,296-0,355)	0,001
Idade						
15 a 29 (ref.)	1,000					
30 a 44	1,246	(1,124-1,381)	0,001			
45 a 59	1,723	(1,519-1,954)	0,000			
60 ou mais	1,257	(0,944-1,671)	0,116			
Estado conjugal						
Unido (ref.)	1,000					
Não-unido	0,817	(0,737-0,904)	0,001	0,739	(0,683-0,800)	0,001
Escolaridade						
até Fundamental (ref.)	1,000					
Médio	1,497	(1,343-1,669)	0,001	0,948	(0,859-1,04)	0,291
Superior	2,469	(2,096-2,908)	0,001	1,384	(1,222-1,566)	0,001
Pós-graduação	1,826	(1,424-2,341)	0,001	1,538	(1,320-1,791)	0,001
Renda						
1º quintil (ref.)	1,000					
2º quintil	0,571	(0,480-0,678)	0,001	1,612	(1,196-2,172)	0,002
3º quintil	0,916	(0,784-1,070)	0,272	1,217	(0,905-1,636)	0,192
4º quintil	0,928	(0,794-1,083)	0,345	2,468	(1,868-3,259)	0,001
5º quintil	0,710	(0,601-0,837)	0,001	4,334	(3,280-5,725)	0,001
Ocupação						
Outros	1,000					
Diretores e Gerentes	1,478	(1,230-1,776)	0,001	0,693	(0,593-0,810)	0,001
Intelectuais	1,051	(0,874-1,262)	0,595	1,050	(0,928-1,187)	0,437
Nível técnico	1,290	(1,095-1,519)	0,002	1,848	(1,678-2,035)	0,001
Ser. Administrativos	1,458	(1,215-1,749)	0,001	0,312	(0,249-0,388)	0,001

ELABORAÇÃO PRÓPRIA

No Modelo 2 - trabalhadores residentes na RMGV que faziam mobilidade pendular intra-RMGV em comparação com aqueles que faziam mobilidade pendular para algum município da RCN - mostraram-se associadas ao sexo feminino (OR=0,32 – IC_{95%} 0,29;0,35), a não estar em união conjugal (OR=0,73 – IC_{95%} 0,68;0,80), aos níveis de

escolaridade superior ($OR=1,38 - IC_{95\%} 1,22;1,56$) e pós-graduação ($OR=1,53 - IC_{95\%} 1,32;1,79$), ao segundo ($OR=1,61 - IC_{95\%} 1,19;2,17$), ao quarto ($OR=2,46 - IC_{95\%} 1,86;3,25$) e quinto quintil ($OR=4,33 - IC_{95\%} 3,28;5,72$) de renda e às ocupações diretores e gerentes ($OR=0,69 - IC_{95\%} 0,59;0,81$) e nível técnico ($OR=1,84 - IC_{95\%} 1,67;2,03$).

O Modelo 1 de regressão logística ajustado revelou que os imigrantes da RNC com origem na RMGV têm 24% mais chance de ter entre 30 e 44 anos e 72% mais chance de ter entre 45 e 59 anos do que os imigrantes de outras localidades. Da mesma forma, há maior chance de serem mais escolarizados (49% para ensino médio, 82% para pós-graduação e 2,4 vezes para ensino superior) e de exercerem ocupação como diretores e gerentes (47%), de nível técnico (29%) e serviços administrativos (45%), somando à menor chance de serem do sexo feminino (-14%), de não estarem em união (-19%) e de estarem no segundo (-43%) ou quinto (-29%) quintil de renda.

O Modelo 2 de regressão logística ajustado revelou que os residentes da RMGV que fazem mobilidade pendular para a RNC têm 68% menos chance de ser do sexo feminino e 27% menos chance de estar não-unido do que aqueles que pendulam dentro da RMGV. Também, há maior chance de serem mais escolarizados (53% para pós-graduação e 38% para ensino superior) e de exercerem ocupação de nível técnico (84%), ao mesmo tempo em que menor chance como diretores e gerentes (-31%) e serviços administrativos (-69%). Por fim, há maior chance de estarem no segundo (61%), quarto (2,4 vezes) e quinto (4,3 vezes) quintil de renda.

Os resultados permitem afirmar que os imigrantes com origem na RMGV se inscrevem num contexto familiar, com média de idade maior, mais escolarizados e em ocupações que fazem *jus* a essa escolaridade em relação ao restante dos imigrantes. Essas diferenciações condizem com o perfil observado em outras análises comparativas, colocando os migrantes RMGV-RNC com perfil muito próximo a migrantes intrametropolitanos verificados por Dota (2015) e Cunha (2016) na RM de Campinas, Cunha et al. (2020) para a RM de São Paulo e Farias (2018) na RM da Baixada Santista. Mais do que perfis sociodemográficos semelhantes, o movimento RMGV-RNC apresenta características de desconcentração a partir região metropolitana apontada por esses autores para as RMs supracitadas, e verificada também em outras grandes aglomerações urbanas da América Latina (Chávez et al., 2020). Obviamente que no caso em estudo há maior distância espacial e menor integração urbana do que alguns dos estudos de caso citados, o que limita a comparação direta em termos de forma urbana.

O Modelo 2 apresenta elementos que reforçam a perspectiva de integração da RCN a partir da RMGV como resultado dessa desconcentração: o perfil predominantemente masculino, de escolaridade e renda alta e ocupação de nível técnico guarda semelhanças com os movimentos pendulares entre regiões metropolitanas da Macrometrópole Paulista (Cunha et al., 2013; Silva et al., 2017), que estão relacionadas a atratividade polarizada por funções específicas concentradas em porções do território (Lobo & Matos, 2011).

Em síntese, a partir das análises descritivas, das dinâmicas dos territórios e dos modelos probabilísticos apresentados verifica-se uma tendência de expansão da dinâmica metropolitana da RMGV sentido RCN que, caso venha a se confirmar, tenderá a fortalecer a integração econômica entre as áreas, com destaque para os fluxos materiais, inclusive de pessoas. Tal resultado vai ao encontro daqueles apresentados por Dota e Ferreira (2020), que captaram o deslocamento das condições gerais de produção para a RCN a partir da RMGV, e representam a consolidação territorial da dinâmica econômica de investimentos que Zanutelli et al. (2019) relacionam a bacia urbano-regional do petróleo formada a partir dos investimentos em mar do pré-sal somados às estruturas produtivas construídas e planejadas no estado.

Considerações finais

Os resultados deste artigo permitem inferir que modificações na dinâmica urbana e regional do Espírito Santo estão em andamento, com destaque para o espraiamento de atividades produtivas e fluxos da RMGV para a porção litorânea norte (RCN), abrangendo principalmente os municípios de Aracruz, Linhares e São Mateus. Não há dúvidas, nesse sentido, de que processos ligados à reestruturação produtiva observados nesse período, a partir de investimentos privados e de políticas públicas de promoção de investimentos estiveram/estão a frente e impulsionaram/impulsionam essas transformações. Os fluxos migratórios, nesse contexto, também se modificaram, mostrando-se claramente articulados com a dinâmica econômica estrutural, tendo modificado de uma década a outra a dinâmica espacial do crescimento demográfico das diferentes porções analisadas.

Do ponto de vista regional, há o fortalecimento da divisão social do trabalho entre o Espírito Santo e os centros de comando e gestão, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, que aprofundam as diferenças e desigualdades territoriais e sociais entre as diversas porções territoriais do Brasil, inclusive nos territórios que dividem essas metrópoles. Esses resultados, guardadas as especificidades locais, acompanham as modificações que vem sendo observadas em outras grandes aglomerações do Brasil (Lima et al., 2016) e da América Latina (Chávez et al., 2020; De Mattos et al., 2014), sobretudo em relação a extensão da urbanização e da migração sem, contudo, a perda da hegemonia das áreas centrais na condução das atividades de gestão e na concentração de riqueza e da população em melhores condições econômicas, fortalecendo, em todas as partes, as formas urbanas difusas e fractais.

Frente a necessidade de cuidados no uso de conceitos quase universais, como se pudessem ter aplicação generalizada no contexto territorial brasileiro, a abordagem aqui apresentada articulou processos econômicos de nível macro, políticas regionais de incentivo ao investimento, como a SUDENE, e a migração, cujos elementos explicativos advêm também de elementos micro sociais. Os resultados apresentados, nesse sentido, constituem um passo analítico no âmbito das pesquisas em andamento,

necessitando de mais investigações, sobretudo quanto às articulações interescares e as novas faces em transformação dos processos analisados.

Agradecimentos

Esse artigo é resultado parcial dos projetos de pesquisa “Condicionantes da dinâmica migratória no Espírito Santo pós-2000” (FAPES/CNPq 80605869, TO 129/17) e “Geopolítica, Geoeconomia e paisagens da infraestrutura do petróleo na região costeira do Sudeste do Brasil” (PRONEM/FAPES). As opiniões, hipóteses e conclusões são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPES e/ou do CNPq.

Referências bibliográficas

- Abe, A. T. (1999). Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Aequus Consultoria. (2018). Finanças dos municípios capixabas. Vitória, ES. http://aequus.com.br/anuarios/capixabas_2018.pdf
- Antunes, R. (2018). O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital: o novo proletariado de serviços na era digital. *Boitempo*. <https://doi.org/10.15600/2236-9767/impulso.v28n73p137-141>
- Arciniega Arce, R. S. (2003). Globalización, industria y reestructuración productiva. *Convergencia*, (31), 205-222. <https://convergencia.uaemex.mx/article/view/1643/1252>
- Arroyo, M. (2008, Out.). A economia invisível dos pequenos. *Le Monde Diplomatique Brasil*. <https://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/>
- Baeninger, R. (2011). Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. Em J. M. P. da Cunha (Org.), *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo* (pp. 71-93). Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP). <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/cap4.pdf>
- Baeninger, R. (2012). Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012*. <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1992/1949>.
- Baeninger, R., Demetrio, N. B. & Domeniconi, J. (2020). Imigração internacional na macrometrópole paulista: novas e velhas questões. *Cadernos Metrôpole*, 22(47), 17-40. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4701>
- Bernard, A., Bell, M. & Charles-Edwards, E. (2014). Life-course transitions and the age profile of internal migration. *Population and Development Review*, 40(2), 213-239. <https://doi.org/10.1111/j.1728-4457.2014.00671.x>

- Brandão, C. (2007). Território e desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global. Editora Unicamp. <http://carlosbrandao.org/wp-content/uploads/2019/07/Territo%CC%81rio-e-Desenvolvimento-Carlos-Branda%CC%83o-2012.pdf>
- Brito, F. (2009). As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios recentes. Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Campinas, de 12 a 14 de agosto de 2009.
- Brito, F. (2015). A transição para um novo padrão migratório no Brasil. Textos para discussão Nº 526. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFGM). <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20526.pdf>
- Campos, M. B., Ayer, C., Vilela, E. & Chagas, W. (2018). A Migração dos indígenas em Minas Gerais na década de 2000. Cadernos do Leste, 18(18). <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/13604>
- Campos, R. S. (2017). O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. Polis, 47. <http://journals.openedition.org/polis/12585>
- Castilho, R. & Frederico, S. (2010). Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Revista Sociedade & Natureza, 22(3), 461-474. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300004>
- Chávez, A., Cunha, J. M. P., Barquero, J., Molina, W. & Macadar, D. (2020). Desconcentración concentrada y migración: una mirada desde grandes metrópolis de América Latina. IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, 9, 9 a 11 de diciembre 2020 (Online). <https://congresosalap.com/alap2020/resumos/0001/PPT-eposter-trab-aceito-0083-2.PDF>
- Correia, I. A. & Ojima, R. (2017). Migração e seletividade no estado do Espírito Santo e na região metropolitana de Vitória: considerações a partir dos censos demográficos. Geografares, 24, 40-57. <http://dx.doi.org/10.7147/GEO24.17174>
- Courgeau, D. & Lelièvre, E. (2006). Individual and social motivations for migration. Em G. Caselli, J. Vallin & G. Wunsch, Demography: Analysis and Synthesis. Four Volume Set: A Treatise in Population (Vol. II, Chapter 63, pp. 345-367). Elsevier. http://courgeau.com/index_htm_files/Individual%20and%20social%20motivations%20for%20migration.pdf
- Cunha, J. M. P. (2015). A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. Em M. Arretche (Org.), Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos (Parte IV, pp. 279-308). Editora UNESP.
- Cunha, J. M. P. (2016). Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas. Revista Brasileira de Estudos de População, 33(1), 99-127. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-309820160006>
- Cunha, J. M. P. & Baeninger, R. (2007). Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. Notas de Población, (82). CEPAL/CELADE. <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/12783>

- Cunha, J. M. P. D., Silva, K. A. A. D., Farias, L. A. C. D., Antônio, G. M. & Sponchiado, D. F. (2020). Notas sobre la redistribución espacial de la población en el marco de las tendencias de metropolización en el Brasil a principios del siglo XXI. *Notas de Población*, 47(110), 157-188. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45806-notas-la-redistribucion-espacial-la-poblacion-marco-tendencias-metropolizacion>
- Cunha, J. M. P. D., Stoco, S., Dota, E. M., Negreiros, R. & Miranda, Z. A. I. D. (2013). A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial. *Cadernos Metrôpole*, 15(30), 433-459. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2013-3004>
- De Haas, H. (2010). Migration and development: A theoretical perspective. *International Migration Review*, 44(1), 227-264. <https://doi.org/10.1111/1%2Fj.1747-7379.2009.00804.x>
- De Mattos, C. A. (2002). Mercado metropolitano de trabajo y desigualdades sociales en el Gran Santiago: ¿Una ciudad dual? *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 28(85), 51-70. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612002008500004>
- De Mattos, C., Fuentes, L. & Link, F. (2014). Tendencias recientes del crecimiento metropolitano en Santiago de Chile: ¿Hacia una nueva geografía urbana? *Revista INVI*, 29(81), 193-219. <https://revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/62589/66520>
- Dota, E. M. (2015). Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.1.4109.2001>
- Dota, E. M. & Ferreira, F. C. (2020). Evidências da metropolização do espaço no século XXI: elementos para identificação e delimitação do fenômeno. *Cadernos Metrôpole*, 22(49), 893-912. <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2020-4910>
- Farias, L. A. C. (2018). Mobilidade populacional e produção do espaço urbano na Baixada Santista: um olhar sociodemográfico sobre sua trajetória nos últimos 20 anos. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.
- Lencioni, S. (2003). A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo socioespacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte, MG.
- Lima, A. C. C., Simoes, R. & Hermeto, A. M. (2016). Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 42(127), 29-54. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612016000300003>
- Lipietz, A. & Leborgne, D. (1988). O pós-fordismo e seu espaço. *Espaço & Debates*, (25), 12-29. http://lipietz.net/ALPC/REG/REG_1987h-po.pdf
- Lobo, C. & Matos, R. (2011). Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. *Revista*

- Brasileira de Estudos de População, 28(1), 81-101. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982011000100005>
- Moraes, A. C. R. (2017). Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço. Em A. Dantas, M. Arroyo & M. Cataia (Orgs.), *Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos*. Sebo Vermelho.
- Oliveira, F. J. G. (2007). Reestruturação econômica, poder público e desenvolvimento social: Possibilidades de disputas e de recomposição do poder no território. *Scripta Nova*, 11(65). <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24565.htm>
- Pacheco, C. A. & Patarra, N. L. (1998). Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? Encontro Nacional sobre Migração. *Anais... Abep/Ipardes*.
- Pereira Júnior, E. A. (2019a). O debate sobre a desindustrialização no Brasil: abordagens concorrentes e um olhar a partir da geografia. *Boletim Goiano de Geografia*, 39, 1-20. <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/56942>
- Pereira Júnior, E. A. (2019b). Impactos da acumulação com predominância financeira sobre a nova Geografia industrial – processos produtivos, competitividade e diferenciação espacial. *Ateliê Geográfico*, 13(3), 29-45. <https://www.revistas.ufg.br/ateli/article/view/59279>
- Pessanha, R. M. (2017). A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Políticas e Formação Humana (PPFH). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Rocha, H. C. & Morandi, A. M. (2012). *Cafecultura e grande indústria: a transição do Espírito Santo 1955 – 1985*. 2ª ed. Espírito Santo em Ação.
- Rodríguez-Vignoli, J. & Rowe, F. (2018). How is internal migration reshaping metropolitan populations in Latin America? A new method and new evidence. *Population Studies*, 72(2), 253-273. <https://doi.org/10.1080/00324728.2017.1416155>
- Sánchez, J. F. (2000). Reestructuración productiva y desarrollo regional. *Revista de Estudios Regionales*, (58), 45-77. <https://www.redalyc.org/pdf/755/75505802.pdf>
- Santos, M. (1986). Circuitos espaciais da produção: um comentário. Em M. A. Souza & M. Santos (Orgs.), *A construção do espaço* (pp. 121-134). Nobel.
- Santos, M. (1994). Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. Hucitec.
- Santos, M. & Silveira, M. L. (2001). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Record.
- Silva, K. A. A., Cunha, J. M. P. & Ortega, G. M. (2017). Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. *Cadernos Metrópole*, 19(40), 721-748. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-4002>
- Singer, P. (1976). Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico. Hucitec.
- Smith, N. (1988). Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço. Bertrand Brasil.
- Zanotelli, C. L., Dota, E. M., Ferreira, F. C. & Rodrigues, R. M. (2019). Bacia urbano-regional do petróleo: a zona costeira do Espírito Santo associada

ao estado do Rio de Janeiro. *Confins*, (41). <https://doi.org/10.4000/confins.21754>

Notas

- 1 “Enquanto que na indústria fordista 75% da produção eram realizadas no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por apenas 25%, e a terceirização/subcontratação passa a ser central na estratégia patronal” (Antunes, 2018, p. 155).
- 2 Sobre os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação ver: Santos (1986), Arroyo (2008), Moraes (2017) e Castilho e Frederico (2010).
- 3 Uma das formas dessa dispersão consiste no movimento de desintegração vertical das indústrias. De acordo com Lencioni (2003), essa desintegração significa, dentre outras coisas, que fases de um mesmo processo produtivo não estão mais integradas numa mesma planta produtiva. As empresas e os grupos econômicos passam a atuarem por meio de diversas unidades dispersas territorialmente e tem na direção, controle e gestão do capital o elemento integrador.
- 4 No Espírito Santo, todos os municípios ao norte do rio Doce ou por ele cortados foram incluídos na SUDENE, totalizando 28 dos 78 municípios do estado.